

PAUL KENNEDY

ASCENSÃO E QUEDA DAS GRANDES POTÊNCIAS

Transformação Econômica
e Conflito Militar de 1500 a 2000

Tradução
Waltensir Dutra

Para Cath

Editora Campus

73599

73599

Do original:
The rise and fall of the great powers.
Copyright © 1988 by Paul Kennedy.
© 1989, Editora Campus Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73.
Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Capa:
Otavio Studart

Copy-desk:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Composição:
Mergulhar Editoração Eletrônica

Revisão:
Paulo Henrique Brandão
Nair Dametto

Índice Remissivo:
Nair Dametto

Projeto Gráfico:
Editora Campus Ltda.

Qualidade internacional a serviço do autor e do leitor nacional.
Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar
Telefone: (021)221-5340 FAX (021)252-2904
20159-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
Endereço Telegráfico: CAMPUSRIO
ISBN 85-7001-577-7
(Edição original: ISBN 0-04-909019-4, Unwin Hyman Limited, London.)

Ficha Catalográfica
CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

| | |
|---------|--|
| K43a | Kennedy, Paul Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000 / Paul Kennedy; tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Campus, 1989. Tradução de: The rise and fall of the great powers. Bibliografia. ISBN 85-7001-577-7 1. Concorrência internacional. 2. Relações econômicas internacionais. 3. História econômica. I. Título. |
| | CDD — 337 909 CDU — 338-984.4 327 908 |
| 88-0841 | |

94 95 96 97 98

11 10 9 8 7

USP-FEA
338.91
K36A
E.2

MONOGRAFIAS

ASCENSAO E QUEDA DAS GRANDES POTENCIAS : TRANSFORMACAO ECONOMICA E CONFLITO MI



73599

Agradecimentos

As deficiências deste livro, quaisquer que sejam, seriam muito maiores sem a bondosa ajuda de amigos. J.R. Jones e Gordon Lee leram todo o original, fazendo perguntas durante a leitura. Meu colega Jonathan Spence tentou (com êxito apenas parcial, receio) reduzir os pressupostos de ordem cultural surgidos nos dois primeiros capítulos. John Elliott foi muito animador em relação ao capítulo 2, embora este não fosse, evidentemente, “o meu tempo”. Paddy O’Brien e John Boshier procuraram tornar um pouco menos imperfeitos os meus comentários sobre as finanças britânicas e francesas do século XVIII. Nick Rizopoulos e Michael Mandelbaum não só examinaram os outros capítulos, como também me convidaram a apresentar minhas idéias numa série de reuniões no Lehrman Institute, em Nova York. Muitos, muitos outros estudiosos ouviram-me ler trabalhos sobre subtemas deste livro, e ofereceram-me referências, críticas muito necessárias e estímulo.

As bibliotecas e o pessoal das universidades de East Anglia e Yale foram de grande ajuda. Meu aluno formando Kevin Smith ajudou-me na pesquisa de estatísticas históricas. Meu filho Jim Kennedy preparou os mapas. Sheila Klein e Sue McClain salvaram-me com a datilografia e a processadora de palavras, e Maarten Pereboom com a bibliografia. Sou extremamente grato pelo apoio e estímulo constantes de meu agente literário, Bruce Hunter, durante vários anos. Jason Epstein foi um revisor de texto firme e paciente, levando-me repetidamente a pensar no leitor médio — e reconhecendo também, antes do autor, como seria difícil tratar de tema dessa magnitude.

Minha família proporcionou-me apoio e, o que é mais importante, momentos de descontração. O livro é dedicado à minha mulher, a quem tanto devo.

Paul Kennedy
Hamden, Connecticut, 1986.

Sumário

| | |
|---|------------|
| Introdução | 1 |
| ESTRATÉGIA E ECONOMIA NO MUNDO PRÉ-INDUSTRIAL | 11 |
| <i>CAPÍTULO 1</i> | |
| A ascensão do mundo ocidental | 13 |
| A China dos Ming | 14 |
| O mundo muçulmano | 18 |
| Dois estranhos: Japão e Rússia | 23 |
| O milagre europeu | 25 |
| <i>CAPÍTULO 2</i> | |
| A tentativa de domínio dos Habsburgos, 1519-1659 | 39 |
| O significado e a cronologia da luta | 40 |
| Pontos fortes e fracos do bloco Habsburgo | 48 |
| Comparações internacionais | 61 |
| A guerra, o dinheiro e o Estado nacional | 74 |
| <i>CAPÍTULO 3</i> | |
| As finanças, a geografia e a vitória nas guerras, 1660-1815 | 79 |
| A “Revolução Financeira” | 82 |
| Geopolítica | 91 |
| A vitória nas guerras, 1660-1763 | 104 |
| A vitória nas guerras, 1763-1815 | 118 |
| ESTRATÉGIA E ECONOMIA NA ERA INDUSTRIAL | 141 |
| <i>CAPÍTULO 4</i> | |
| A industrialização e os instáveis equilíbrios globais, 1815-1885 | 143 |
| O eclipse do mundo não-europeu | 147 |
| Hegemonia britânica? | 150 |
| As potências médias | 158 |
| A Guerra da Criméia e a erosão do poderio russo | 168 |
| Os Estados Unidos e a Guerra Civil | 175 |

| | |
|--------------------------------------|-----|
| As guerras da unificação alemã | 179 |
| Conclusões | 187 |

CAPÍTULO 5

O advento de um mundo bipolar e a crise das “potências médias”:

| | |
|---|------------|
| primeira parte, 1885-1918 | 191 |
| O instável equilíbrio das forças mundiais | 194 |
| A posição das potências, 1885-1914 | 199 |
| As alianças e o plano inclinado que levou à guerra, 1890-1914 | 242 |
| A guerra total e o equilíbrio de forças, 1914-1918 | 249 |

CAPÍTULO 6

O advento de um mundo bipolar e a crise das “potências médias”:

| | |
|---|------------|
| segunda parte, 1919-1942 | 267 |
| A ordem internacional do pós-guerra | 267 |
| Os contendores | 282 |
| As superpotências dos bastidores | 309 |
| O desdobramento da crise, 1931-1942 | 321 |

ESTRATÉGIA E ECONOMIA NO PRESENTE E NO FUTURO 331

CAPÍTULO 7

Estabilidade e mudança num mundo bipolar, 1943-1980 333

| | |
|--|-----|
| “A aplicação adequada de uma força esmagadora” | 333 |
| A nova paisagem estratégica | 342 |
| A guerra fria e o Terceiro Mundo | 356 |
| As fissuras do mundo bipolar | 377 |
| Os instáveis equilíbrios econômicos, 1950 a 1980 | 393 |

CAPÍTULO 8

Rumo ao século XXI 417

| | |
|---|-----|
| História e especulação | 417 |
| O equilibrismo da China | 425 |
| O dilema japonês | 436 |
| A CEE - potencial e problema | 447 |
| A União Soviética e suas “contradições” | 463 |
| Os Estados Unidos: O problema do número um em declínio relativo | 487 |

Epílogo 509

Notas 515

Bibliografia 615

Índice 653

Mapas

| | |
|---|-----|
| 1. Centros do Poder Mundial no século XVI | 15 |
| 2. Divisões políticas da Europa no século XVI | 27 |
| 3. O legado de Carlos V | 42 |
| 4. Colapso do poderio espanhol na Europa | 49 |
| 5. A Europa em 1721 | 112 |
| 6. Impérios coloniais europeus, cerca de 1750 | 115 |
| 7. A Europa no auge do poderio de Napoleão, 1810 | 130 |
| 8. Principais possessões, bases navais e cabos submarinos do Império Britânico, cerca de 1900 | 221 |
| 9. As potências européias e seus planos de guerra em 1914 | 247 |
| 10. A Europa depois da primeira Guerra Mundial | 268 |
| 11. A Europa no auge do poderio de Hitler, 1942 | 337 |
| 12. Distribuição mundial das forças americanas, 1987 | 493 |

Quadros e Gráficos

Quadros

| | |
|---|-----|
| 1. Aumento dos efetivos militares, 1470-1660 | 62 |
| 2. Despesa e receita da Inglaterra em tempo de guerra, 1688-1815 | 87 |
| 3. População das potências, 1700-1800 | 103 |
| 4. Tamanho dos exércitos, 1690-1814 | 103 |
| 5. Tamanho das Armadas, 1689-1815 | 103 |
| 6. Parcelas relativas da produção manufatureira mundial, 1750-1900— | 148 |
| 7. Níveis per capita de industrialização, 1750-1900— | 148 |
| 8. Efetivos militares das potências, 1816-1880 | 153 |
| 9. PNB das grandes potências européias, 1830-1890 | 169 |
| 10. PNB per capita das grandes potências européias, 1830-1890 | 169 |
| 11. Despesas militares das potências na Guerra da Criméia | 174 |
| 12. População total das potências, 1890-1938 | 195 |
| 13. População urbana das potências como percentagem da população total, 1890-1938 | 197 |
| 14. Níveis de industrialização per capita, 1880-1938 | 197 |
| 15. Produção de ferro/aço das potências, 1890-1938 | 197 |
| 16. Consumo de energia das potências das potências, 1890-1938 | 198 |
| 17. Potencial industrial total das potências em perspectiva relativa, 1880-1938 | 198 |
| 18. Parcelas relativas da produção manufatureira mundial, 1880-1938 | 198 |
| 19. Efetivos militares e navais das potências, 1880-1914 | 200 |
| 20. Tonelagem dos navios de guerra das potências, 1880-1914 | 200 |
| 21. Renda nacional, população e renda per capita das potências, em 1914 | 237 |
| 22. Comparação industrial/tecnológica das alianças de 1914 | 251 |
| 23. Produção de munições no Reino Unido, 1914-1918 | 259 |
| 24. Comparação industrial/tecnológica com os Estados Unidos, excluindo a Rússia | 263 |
| 25. Despesas de guerra e total de forças mobilizadas, 1914-1919 | 265 |
| 26. Índices mundiais de produção manufatureira, 1913-1925 | 272 |
| 27. Despesas com defesa pelas grandes potências, 1930-1938 | 287 |
| 28. Índices anuais de produção manufatureira, 1913-1938 | 290 |
| 29. Produção de aviões das potências, 1932-1939 | 313 |

| | |
|--|-----|
| 30. Parcelas da produção manufatureira mundial, 1929-1938 | 318 |
| 31. Renda nacional das potências em 1937 e gasto porcentual com a defesa | 320 |
| 32. Potencial bélico relativo das potências em 1937 | 320 |
| 33. Produção de tanques em 1944 | 339 |
| 34. Produção de aviões das potências, 1939-1945 | 339 |
| 35. Produção de armamentos das potências, 1940-1943 | 341 |
| 36. PNB total e PNB per capita das potências em 1950 | 353 |
| 37. Despesas com defesa das potências, 1948-1970 | 367 |
| 38. Veículos de lançamento de armas nucleares, das potências, 1974 | 377 |
| 39. Produção das indústrias manufatureiras do mundo, 1830-1980 | 394 |
| 40. Volume do comércio mundial, 1850-1971 | 395 |
| 41. Aumentos porcentuais da produção mundial, 1948-1968 | 395 |
| 42. Taxa anual média de crescimento da produção per capita, 1948-1962 | 412 |
| 43. Parcelas do produto bruto mundial, 1960-1980 | 415 |
| 44. População, PNB per capita e PNB em 1980 | 415 |
| 45. Crescimento do PNB real, 1979-1983 | 450 |
| 46. Quilos de equivalente do carvão e aço usados para produzir US\$1.000 do PIB em 1979-1980 | 468 |
| 47. Estimativa das ogivas nucleares estratégicas | 478 |
| 48. Efetivos navais da Otan e do Pacto de Varsóvia | 485 |
| 49. Déficit federal, dívida e juros dos E.U.A., 1980-1985 | 499 |

Gráficos

| | |
|--|-----|
| 1. Poderio relativo da Rússia e Alemanha— | 235 |
| 2. Projeções do PIB da China, Índia e alguns estados da Europa Ocidental, 1980-2020— | 433 |
| 3. Produção de cereais na União Soviética e na China, 1950-1984— | 467 |

nele estava acontecendo depois da derrota da tentativa francesa de obter a supremacia na Guerra Napoleônica. Ao examinar as "perspectivas" de cada uma das grandes potências, também ele foi tentado a afastar-se do ofício de historiador para o mundo incerto da especulação sobre o futuro.

Escrever um ensaio sobre as "grandes potências" é uma coisa; contar a história em forma de livro é outra muito diferente. Minha intenção original era produzir um livro pequeno, do gênero "ensaístico", presumindo que os leitores conheciam (mesmo vagamente) os detalhes do pano de fundo sobre as variações nas taxas de crescimento, ou determinados problemas geoestratégicos enfrentados por esta ou aquela grande potência. Quando comecei a submeter os primeiros capítulos deste livro a comentários, ou fazer conferências experimentais sobre alguns de seus temas, tornou-se-me cada vez mais claro que eu partia de um pressuposto falso: o que a maioria dos leitores e ouvintes queria era *mais* detalhe, *mais* cobertura do pano de fundo, simplesmente porque não havia estudo que contasse a história das modificações ocorridas no poder econômico e estratégico. Precisamente porque nem os historiadores econômicos nem os historiadores militares tinham entrado por esse campo, ele simplesmente foi negligenciado. Se a abundância de detalhes, tanto no texto como nas notas que se seguem, tiver alguma justificativa, é a de preencher aquela lacuna crítica na história da ascensão e queda das grandes potências.

ESTRATÉGIA E ECONOMIA NO MUNDO PRÉ-INDUSTRIAL

1

A Ascensão do Mundo Ocidental

No ano de 1500, data escolhida por numerosos estudiosos para marcar a divisão entre a época moderna e a pré-moderna¹, não era de modo algum evidente aos habitantes da Europa que o seu continente estava destinado a dominar grande parte do resto da Terra. O conhecimento que os contemporâneos tinham das grandes civilizações do Oriente era fragmentário e, com demasiada freqüência, errôneo, baseado que estava nas histórias de viajantes que nada perdiam a cada vez que eram contadas. Não obstante, a imagem generalizada de extensos impérios orientais dotados de riqueza fabulosa e enormes exércitos era razoavelmente precisa, e à primeira vista aquelas sociedades devem ter parecido muito mais favoravelmente dotadas do que os povos e estados da Europa ocidental. Na verdade, colocadas junto desses outros grandes centros de atividade cultural e econômica, as debilidades relativas da Europa *eram* mais evidentes do que os seus pontos fortes. Para começar, ela não era a área mais populosa, nem a mais fértil, do mundo: Índia e China ocupavam os lugares principais sob tais aspectos. Geopoliticamente, o “continente” europeu tinha uma forma desajeitada, limitado pelo gelo e pela água a norte e oeste, aberto a invasões freqüentes pelo leste e vulnerável à circunavegação estratégica pelo sul. Em 1500, e por muito tempo antes e depois, essas considerações não eram abstratas. Só oito anos antes Granada, a última região muçulmana da Espanha, tinha sucumbido ao exército de Fernando e Isabel; isso, porém, significou o fim de uma campanha regional, e não da luta bem mais ampla entre a Cristandade e as forças do Profeta. Sobre grande parte do mundo ocidental, pairava ainda o choque da queda de Constantinopla em 1453, acontecimento que parecia muito mais importante porque não marcou, de modo algum, os limites do avanço dos turcos otomanos. Em fins do século, eles tinham tomado a Grécia e as ilhas Jônicas.

1

A Ascensão do Mundo Ocidental

No ano de 1500, data escolhida por numerosos estudiosos para marcar a divisão entre a época moderna e a pré-moderna¹, não era de modo algum evidente aos habitantes da Europa que o seu continente estava destinado a dominar grande parte do resto da Terra. O conhecimento que os contemporâneos tinham das grandes civilizações do Oriente era fragmentário e, com demasiada frequência, errôneo, baseado que estava nas histórias de viajantes que nada perdiam a cada vez que eram contadas. Não obstante, a imagem generalizada de extensos impérios orientais dotados de riqueza fabulosa e enormes exércitos era razoavelmente precisa, e à primeira vista aquelas sociedades devem ter parecido muito mais favoravelmente dotadas do que os povos e estados da Europa ocidental. Na verdade, colocadas junto desses outros grandes centros de atividade cultural e econômica, as debilidades relativas da Europa *eram* mais evidentes do que os seus pontos fortes. Para começar, ela não era a área mais populosa, nem a mais fértil, do mundo: Índia e China ocupavam os lugares principais sob tais aspectos. Geopoliticamente, o “continente” europeu tinha uma forma desajeitada, limitado pelo gelo e pela água a norte e oeste, aberto a invasões freqüentes pelo leste e vulnerável à circunavegação estratégica pelo sul. Em 1500, e por muito tempo antes e depois, essas considerações não eram abstratas. Só oito anos antes Granada, a última região muçulmana da Espanha, tinha sucumbido ao exército de Fernando e Isabel; isso, porém, significou o fim de uma campanha regional, e não da luta bem mais ampla entre a Cristandade e as forças do Profeta. Sobre grande parte do mundo ocidental, pairava ainda o choque da queda de Constantinopla em 1453, acontecimento que parecia muito mais importante porque não marcou, de modo algum, os limites do avanço dos turcos otomanos. Em fins do século, eles tinham tomado a Grécia e as ilhas Jônicas.

Bósnia, Albânia e grande parte do resto dos Bálcãs. O pior estava ainda para acontecer na década de 1520, quando seus formidáveis exércitos de janízaros marcharam sobre Budapeste e Viena. No sul, onde as galeras otomanas atacavam os portos italianos, os papas começavam a temer que o destino de Roma fosse, sem demora, igual ao de Constantinopla.²

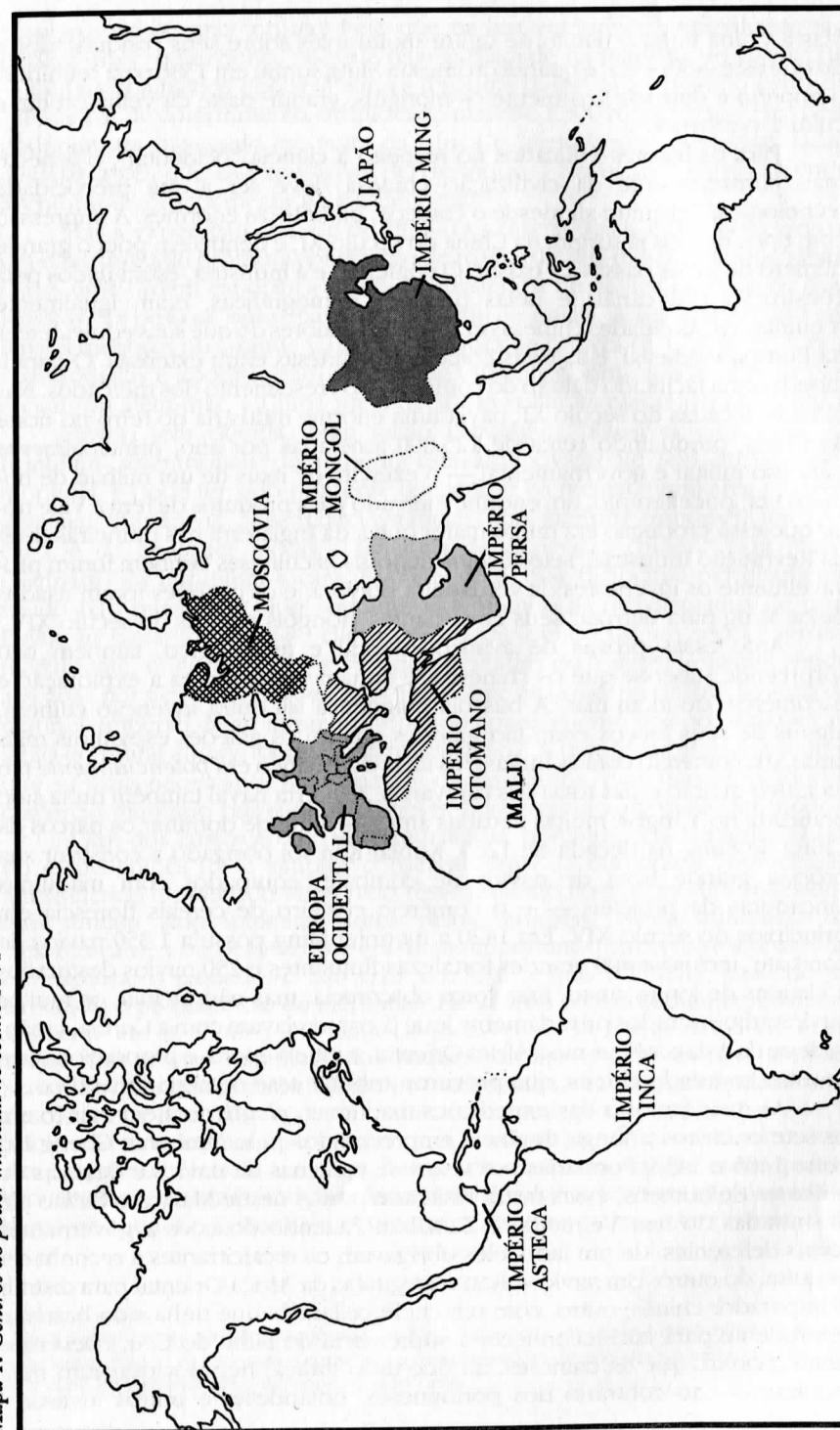
Embora tais ameaças parecessem parte de uma estratégia ampla e coerente, dirigida pelo sultão Mehmet II e seus sucessores, a reação dos europeus foi desconexa e esporádica. Ao contrário dos impérios otomano e chinês, ao contrário do domínio que os mongóis dentro em pouco estabeleceriam na Índia, não houve nunca uma Europa unida, na qual todas as partes reconhecessem um líder secular ou religioso. Em lugar disso, a Europa era uma mistura de pequenos reinos e principados, senhorias fronteiriças e cidades-estados. Algumas monarquias poderosas estavam surgindo no oeste, notadamente Espanha, França e Inglaterra, mas nenhuma estaria livre das tensões internas e todas consideravam as outras como rivais, e não como aliadas na luta contra o Islã.

Nem se poderia dizer que a Europa dispusesse de vantagens acentuadas no campo da cultura, matemática, engenharia, navegação ou outras tecnologias, se comparada às grandes civilizações da Ásia. Parte considerável do legado cultural e científico da Europa foi, de qualquer modo, "tomada emprestado" do Islã, tal como as sociedades muçulmanas haviam bebido, durante séculos, da China, através do comércio mútuo, da conquista e colonização. Em retrospecto, podemos ver que a Europa estava avançando, comercial e tecnologicamente, em fins do século V. Mas talvez o comentário mais justo seja que cada um dos grandes centros da civilização mundial estava, naquela época, numa fase parecida de desenvolvimento, alguns mais adiantados numa área, e menos em outras. Tecnologicamente e, portanto, militarmente, o Império Otomano, a China da dinastia Ming, um pouco depois o norte da Índia sob os mongóis, e o sistema de estados europeus com seu rebento moscovita, eram todos muito superiores às sociedades dispersas da África, América e Oceania. Embora isso signifique que a Europa em 1500 era um dos centros de cultura e poder mais importantes, não era evidente que ela um dia surgiria acima de todos. Antes de investigar as causas de sua ascensão, portanto, é necessário examinar os pontos fortes e fracos dos outros contendores.

A China Ming

De todas as civilizações do período pré-moderno, nenhuma parecia mais adiantada, nenhuma se sentiu tão superior quanto a China.³ Sua população considerável, de 100 a 130 milhões de habitantes, em comparação com os 50-55 milhões da Europa no século XV; sua cultura notável; suas planícies muito férteis e irrigadas, ligadas por esplêndido sistema de canais desde o século XI; e sua administração unificada, hierárquica, gerida por uma burocracia confuciana bem-educada, tinham dado à sociedade chinesa uma coesão e um requinte que constituía motivo de inveja para todo visitante estrangeiro. É certo que aquela civilização tinha sido submetida a um severo desequilíbrio pelas hordas mongóis e pelo domínio que se seguiu à invasão de Kublai Kan.

Mapa 1: Centros do poder mundial no século XVI



Mas a China tinha o hábito de influir muito mais sobre seus conquistadores do que estes sobre ela, e quando a dinastia Ming surgiu em 1386 para reunificar o império e derrotar finalmente os mongóis, grande parte da velha ordem e cultura permaneceu.

Para os leitores educados no respeito à ciência “ocidental”, o aspecto mais surpreendente da civilização chinesa deve ser a sua precocidade tecnológica. Existiram ali, desde o começo, bibliotecas enormes. A impressão com tipos móveis já surgira na China do século XI, e dentro em pouco grande número de livros passava a existir. O comércio e a indústria, estimulados pela construção dos canais e pelas pressões demográficas, eram igualmente requintados. As cidades chinesas eram muito maiores do que suas equivalentes na Europa medieval, e as rotas comerciais chinesas eram extensas. O papel-moeda tinha facilitado o fluxo do comércio e o crescimento dos mercados. Nas últimas décadas do século XI, havia uma enorme indústria do ferro no norte da China, produzindo cerca de 125.000 toneladas por ano, principalmente para uso militar e governamental — o exército de mais de um milhão de homens era, por exemplo, um enorme mercado para produtos de ferro. Vale notar que essa produção era muito maior que a da Inglaterra nas primeiras fases da Revolução Industrial, sete séculos depois! Os chineses também foram provavelmente os inventores da verdadeira pólvora; e os canhões foram usados pelos Ming para derrotar seus governantes mongóis em fins do século XIV.⁴

Ante essas provas de avanço cultural e tecnológico, também não surpreende saber-se que os chineses se tinham voltado para a exploração e o comércio do além-mar. A bússola magnética foi outra invenção chinesa, alguns de seus juncos eram tão grandes quanto os galeões espanhóis mais tarde, e o comércio com as Índias e as ilhas do Pacífico era *potencialmente* tão lucrativo quanto o das rotas das caravanas. A guerra naval também tinha sido praticada no Yangtsé muitas décadas antes — a fim de dominar os barcos da China de Sung na década de 1260, Kublai Kan foi obrigado a construir sua própria grande frota de navios de combate, equipados com máquinas lançadoras de projéteis — e o comércio costeiro de cereais florescia em princípios do século XIV. Em 1420 a marinha Ming possuía 1.350 navios de combate, inclusive 400 grandes fortalezas flutuantes e 250 navios destinados a viagens de longo curso. Essa força obscurecia, mas não incluía, os muitos navios administrados privadamente, que já comerciavam com a Coréia, Japão, sudeste da Ásia e até mesmo a África Oriental, naquela época, e proporcionavam receitas ao estado chinês, que procurou tributar esse comércio marítimo.

As mais famosas das expedições marítimas *oficiais* ao além-mar foram os sete cruzeiros a longa distância empreendidos pelo almirante Cheng Ho entre 1405 e 1433. Formadas por vezes de centenas de navios e dezenas de milhares de homens, essas frotas visitaram portos desde Malaca e Ceilão até as entradas do mar Vermelho e Zanzibar. Fazendo doações a governantes locais deferentes, de um lado, eles obrigavam os recalcitrantes a reconhecer Pequim, do outro. Um navio voltou com girafas da África Oriental para distrair o imperador chinês; outro, com um chefe ceilandês que tinha sido bastante imprudente para não reconhecer a supremacia do Filho do Céu. (Devemos notar, porém, que os chineses, ao que tudo indica, nunca saquearam nem mataram — ao contrário dos portugueses, holandeses e outros invasores

européus do oceano Índico.) Pelo que os historiadores e arqueólogos nos podem dizer, o tamanho, poder e navegabilidade da marinha de Cheng Ho — alguns dos navios que levavam os tesouros parecem ter medido cerca de 120 metros de comprimento e deslocado mais de 1.500 toneladas — eles bem poderiam ter navegado em volta da África e “descoberto” Portugal várias décadas antes que as expedições de Henrique o Navegador começassem a aventurar-se ousadamente ao sul de Ceuta.⁵

Mas a expedição chinesa de 1433 foi a última delas, e três anos depois um edito imperial proibia a construção de navios de alto-mar; e um pouco mais tarde, uma ordem específica proibia a existência de navios de mais de dois mastros. O pessoal naval passaria, a partir de então, a ser empregado em navios menores no Grande Canal. As grandes belonaves de Cheng Ho foram abandonadas e apodreceram. Apesar de todas as oportunidades que se ofereciam no além-mar, a China tinha decidido voltar as costas para o mundo.

Havia, sem dúvida, uma razão estratégica plausível para isso. As fronteiras setentrionais do império estavam novamente sob pressão dos mongóis, e pode ter sido prudente concentrar os recursos militares naquela área mais vulnerável. Nessas circunstâncias, uma marinha grande era um luxo caro, e de qualquer modo a tentativa de expansão chinesa para Anam (Vietnam) foi infrutífera e cara. Não obstante, esse raciocínio perfeitamente válido não parece ter sido reexaminado quando as desvantagens de uma limitação naval tornaram-se claras mais tarde: dentro de um século aproximadamente, o litoral chinês e mesmo as cidades do Yangtsé estavam sendo atacadas por piratas japoneses, mas não houve qualquer reconstrução séria da marinha imperial. Nem mesmo o repetido aparecimento dos portugueses ao largo do litoral chinês forçou uma reavaliação.* A defesa terrestre era tudo o que se fazia necessário, racionaram os mandarins, pois não tinha todo o comércio marítimo por súditos chineses sido proibido, de qualquer modo?

Além dos custos e outros desincentivos, portanto, um elemento chave no recuo chinês foi o simples conservantismo da burocracia confuciana,⁶ intensificado no período Ming pelo ressentimento com as modificações que lhes tinham sido impostas antes pelos mongóis. Nessa atmosfera de “restauração”, a burocracia (que era muito importante) limitava-se a preservar e recapturar o passado, e não criar um futuro mais brilhante, baseado na expansão e no comércio de além-mar. De acordo com o código confuciano, a guerra em si é uma atividade deplorável, e as forças armadas eram necessárias apenas pelo medo dos ataques bárbaros ou das revoltas internas. A aversão dos mandarins pelo exército (e a marinha) era acompanhada de uma desconfiança para com o comerciante. A acumulação de capital privado, a prática de comprar barato e vender caro, a ostentação do comerciante novo-rico, tudo isso ofendia a elite, a burocracia erudita — quase tanto quanto provocava o ressentimento das massas trabalhadoras. Embora não desejando paralisar toda a economia de mercado, os mandarins intervinham com

*Durante um breve período, na década de 1590, uma frota costeira chinesa mais ou menos recuperada ajudou os coreanos a resistirem a duas tentativas de invasão japonesa; mas mesmo esse surto da marinha Ming declinou, depois disso.

freqüência contra os comerciantes individuais, confiscando-lhes as propriedades ou proibindo seus negócios. O comércio *exterior* por súditos chineses deve ter parecido ainda mais suspeito aos olhos dos mandarins, simplesmente por estar menos sob o seu controle.

A aversão ao comércio e capital privado não se choca com as enormes realizações técnicas mencionadas acima. A reconstrução, pelos Ming, da Grande Muralha da China e o aperfeiçoamento do sistema de canais, as fundições e a marinha imperial eram para as finalidades do estado, porque a burocracia tinha aconselhado ao imperador a sua necessidade. Mas assim como essas empresas podiam ser criadas, assim também podiam ser negligenciadas. Os canais entraram em decadência, o exército passava falta, periodicamente, de equipamentos novos, os relógios astronômicos (construídos cerca de 1090) foram postos de lado, as fundições caíram aos poucos em desuso. E não foram apenas esses os desincentivos ao crescimento econômico. A imprensa foi limitada às obras de erudição, não sendo empregada para a disseminação ampla do conhecimento prático, e muito menos para a crítica social. O uso do papel-moeda foi suspenso. As cidades chinesas não tiveram nunca a autonomia das ocidentais; não havia burguesia chinesa, com tudo o que essa palavra implica; quando a localização da corte imperial era modificada, a capital também era transferida. Além disso, sem estímulo oficial, os comerciantes e outros empresários não podiam florescer; e mesmo os que adquiriam riqueza, tendiam a dispendê-la em terras e educação, em lugar de investir no desenvolvimento proto-industrial. Da mesma forma, a proibição do comércio exterior e da pesca afastou outro estímulo potencial à expansão econômica continuada; o comércio com os portugueses e holandeses, nos séculos seguintes, foi de artigos de luxo e (embora houvesse sem dúvida muita evasão) controlado pelas autoridades.

Em conseqüência, a China Ming foi um país muito menos vigoroso e empreendedor do que na dinastia Sung, quatro séculos antes. Sem dúvida, as técnicas agrícolas aperfeiçoaram-se no período Ming, mas depois de certo tempo até mesmo essa agricultura mais intensiva e o uso de terras marginais tiveram dificuldades em acompanhar o crescimento da população. E este só foi contido pelos instrumentos maltusianos da peste, das enchentes e da guerra, todos muito difíceis de serem enfrentados. Nem mesmo a substituição dos Mings pelos Manchus mais vigorosos, depois de 1644, pôde deter o constante declínio relativo.

Um detalhe final pode resumir esta história. Em 1736 — quando as fundições de Abraham Darby, em Coalbrookdale, estavam começando a prosperar — os altos-fornos e os fornos a carvão de Honan e Hopei foram totalmente abandonados. Tinham sido grandes antes que Guilherme o Conquistador desembarcasse em Hastings. Sua produção só seria reiniciada no século XX.

O mundo muçulmano

Até mesmo os primeiros marinheiros europeus a visitarem a China, em princípios do século XVI, embora impressionados com seu tamanho, sua

população e suas riquezas, poderiam ter observado que aquele vasto país se havia fechado sobre si mesmo. Tal comentário não poderia ser feito, certamente, sobre o Império Otomano, então nas fases intermediárias de sua expansão e que, estando mais perto da Europa, era portanto muito mais ameaçador para a Cristandade. Sob a perspectiva histórica e geográfica mais ampla, de fato, seria mais exato afirmar que os Estados muçulmanos é que constituíam as forças em mais rápida expansão no mundo, no século XVI. Os turcos otomanos não só estavam avançando para o ocidente, como também a dinastia Safávida da Pérsia desfrutava um ressurgimento de poder, prosperidade e alta cultura, em especial nos reinados de Ismail I (1500-1524) e de Abbas I (1587-1629). Uma cadeia de fortes principados muçulmanos ainda controlava a antiga Estrada da Seda, via Kashgar e Turfan, para a China, semelhante à cadeia de estados islâmicos africanos, como Bornu, Sokoto e Timbuktu; o império hindu em Java foi derrubado pelas forças muçulmanas em princípios do século XVI; e o rei do Cabul, Babur, entrando na Índia pela estrada do conquistador, a partir do noroeste, ali estabeleceu o Império Mongol em 1526. Embora esse domínio fosse frágil a princípio, foi consolidado com êxito pelo neto de Babur, Akbar (1556-1605), criador de um império no norte da Índia que se estendia do Baluquistão, no oeste, até Bengala, no leste. Durante todo o século XVII, os sucessores de Akbar avançaram mais para o sul, contra os Maratas hindus, exatamente na época em que os holandeses, ingleses e franceses entravam na península indiana vindos do mar, e certamente de forma muito menos substancial. A esses indícios seculares do crescimento muçulmano devemos acrescentar o grande aumento no número dos fiéis na África e nas Índias, em comparação com o qual o proselitismo das missões cristãs desaparece.

Mas o maior desafio muçulmano à incipiente Europa moderna foi feito, é claro, pelos turcos otomanos, ou, antes, pelo seu formidável exército e pelo melhor equipamento de sítio da época. Já em início do século XVI seus domínios estendiam-se da Criméia (onde tinham conquistado os postos comerciais genoveses) e o Egeu (onde estavam desmantelando o Império Veneziano) até o Levante. Em 1516, as forças otomanas tinham tomado Damasco, e no ano seguinte entraram no Egito, esmagando as forças mamelucas com o uso do canhão turco. Tendo fechado dessa maneira a rota das especiarias das Índias, elas subiram o Nilo e avançaram pelo mar Vermelho até o oceano Índico, neutralizando as incursões portuguesas ali. Se isso perturbou os marinheiros ibéricos, nada era se comparado ao temor que os exércitos turcos estavam provocando nos príncipes e povos do leste e sul da Europa. Os turcos já dominavam a Bulgária e a Sérvia, e eram a influência predominante na Valáquia e à volta de todo o mar Negro. Mas, depois do mergulho para o sul, contra o Egito e a Arábia, a pressão contra a Europa foi retomada por Suleiman (1520-1566). A Hungria, o grande bastião leste da Cristandade naquele tempo, já não podia conter os exércitos turcos superiores e foi dominada depois da batalha de Mohacs, em 1526 — o mesmo ano, coincidentemente, em que Babur obteve a vitória em Panipat, pela qual o Império Mongol foi estabelecido. Teria toda a Europa, sem demora, o destino do norte da Índia? Em 1529, com os turcos sitiando Viena, isso deve ter parecido uma clara possibilidade a alguns observadores. Na realidade, a linha

estabilizou-se então no norte da Hungria e o Sacro Império Romano foi preservado. Mas a partir de então os turcos representaram um perigo constante e exerceram uma pressão militar que nunca pôde ser totalmente ignorada. Ainda em 1683, eles voltavam a sitiá-la Viena.⁷

Quase tão alarmante, sob muitos aspectos, foi a expansão do poderio naval otomano. Como Kublai Kan na China, os turcos tinham criado uma armada apenas para sujeitar uma fortaleza inimiga cercada pelo mar — no caso, Constantinopla, que o sultão Mehmet bloqueou com grandes galeras e centenas de navios menores, para ajudar o ataque de 1453. Depois disso, as formidáveis frotas de galeras foram usadas em operações no mar Negro, no avanço meridional contra a Síria e Egito, e em toda uma série de choques com Veneza pelo controle das ilhas do Egeu, Rodas, Creta e Chipre. Durante algumas décadas, em princípios do século XVI, o poderio naval otomano foi mantido a pouca distância pelas frotas veneziana, genovesa e dos Habsburgos; mas em meados do século as forças navais muçulmanas atuavam por todo o litoral norte-africano, atacavam portos na Itália, Espanha e nas Baleares, e finalmente conseguiram tomar Chipre em 1570-1571, antes de serem contidas na batalha de Lepanto.⁸

O Império Otomano foi, é claro, muito mais do que uma máquina militar. Elite conquistadora (como os Manchus na China), os otomanos tinham estabelecido uma unidade de religião, cultura e língua oficiais numa área maior do que o Império Romano, e sobre um vasto número de povos sujeitos. Durante séculos, antes de 1500, o mundo do Islã esteve cultural e tecnologicamente à frente da Europa. Suas cidades eram grandes, bem iluminadas, com esgotos, e algumas delas tinham universidades e bibliotecas, e mesquitas de espantosa beleza. Nas matemáticas, cartografia, medicina e em muitos outros aspectos da ciência e da indústria — nos moinhos, fundição de canhões, faróis, criação de cavalos — os muçulmanos vinham ocupando a liderança. O sistema otomano de recrutamento dos futuros janízaros entre a juventude cristã dos Bálcãs produziu um corpo de soldados dedicados e uniforme. A tolerância em relação às outras raças tinha levado muitos gregos, judeus e gentios de talento ao serviço do sultão — um húngaro era o principal fundidor de canhões de Mehmet no sítio de Constantinopla. Sob um líder bem-sucedido como Suleiman I, uma burocracia forte supervisionava 14 milhões de súditos — isso numa época em que a Espanha tinha 5 milhões e a Inglaterra, apenas dois e meio milhões de habitantes. Constantinopla, em sua fase áurea, era maior do que qualquer cidade européia, tendo mais de 500 mil habitantes em 1600.

Mesmo assim, também os turcos otomanos iriam fechar-se em si mesmos e perder a oportunidade de dominar o mundo, embora isso só se tivesse tornado claro um século depois do declínio Ming, notavelmente semelhante. Podia-se argumentar, até certo ponto, que esse processo foi a consequência natural dos sucessos turcos anteriores: o exército otomano, por mais bem administrado que fosse, poderia manter as extensas fronteiras, mas dificilmente se poderia expandir mais sem um enorme custo em homens e dinheiro. E o imperialismo otomano, ao contrário do espanhol, holandês e inglês, mais tarde, não foi economicamente muito proveitoso. Na segunda metade do século XVI, o império mostrava os primeiros sinais de excessiva extensão

estratégica, com um grande exército estacionado na Europa central, uma onerosa marinha operando no Mediterrâneo, soldados em atividade na África do Norte, Egeu, Chipre e o mar Vermelho, e com a necessidade de reforços para manter a Criméia contra um crescente poderio russo. Nem mesmo no Oriente Próximo havia um flanco tranqüilo, devido a uma desastrosa divisão religiosa no mundo muçulmano, ocorrida quando a facção xiita, baseada no Iraque e depois na Pérsia, desafiou as práticas e ensinamentos Sunitas predominantes. Por vezes, a situação assemelhou-se à das lutas religiosas contemporâneas na Alemanha, e o sultão só pôde manter o seu domínio esmagando os xiitas dissidentes pela força. Do outro lado da fronteira, porém, o reino xiitas da Pérsia, governado por Abbas o Grande estava preparado para aliar-se aos Estados europeus contra os otomanos, tal como a França teve de cooperar com o turco “infidel” contra o Sacro Império Romano. Com essa variedade de adversários, o Império Otomano necessitava de uma liderança notável para manter seu crescimento; mas antes de 1566 reinaram ali 13 sultões incompetentes, em sucessão.

Inimigos externos e deficiências pessoais, porém, não explicam tudo. O sistema como um todo, da mesma forma que o sistema da China Ming, sofria cada vez mais de alguns dos defeitos da centralização, do despotismo e de uma ortodoxia severa em sua atitude para com a iniciativa, a dissensão e o comércio. Um sultão idiota podia paralisar o Império Otomano de uma forma que seria impossível a um papa, ou um imperador do Sacro Império Romano, fazer em relação a toda Europa. Sem direção clara do alto, as artérias da burocracia se endureceram, preferindo o conservantismo à mudança, e sufocando a inovação. A falta de expansão territorial e a pilhagem que a acompanhava, depois de 1550, juntamente com o grande aumento nos preços, levaram os janízaros descontentes ao saque interno. Comerciantes e empresários (quase todos estrangeiros) que antes tinham sido estimulados, viram-se sujeitos a impostos imprevisíveis e confiscos diretos de suas propriedades. Tarifas cada vez maiores arruinaram o comércio e despovoaram as cidades. Talvez os mais prejudicados tenham sido os camponeses, cujas terras e rebanhos eram cobiçados pelos soldados. Com o agravamento da situação, os funcionários civis também se voltaram para o saque, exigindo propinas e confiscando estoques de mercadorias. Os custos da guerra e da perda do comércio asiático durante a luta com a Pérsia intensificaram a busca desesperada de novas receitas pelo governo, o que por sua vez atribuiu maiores poderes aos inescrupulosos coletores de impostos.⁹

Sob certo aspecto, a violenta reação aos religiosos xiitas refletiu e prenunciou um endurecimento das atitudes oficiais para com todas as formas de liberdade de pensamento. A impressão de textos foi proibida porque poderia disseminar opiniões perigosas. As noções econômicas continuavam sendo primitivas: as importações de produtos ocidentais eram desejadas, mas as exportações foram proibidas; apoiaram-se as guildas em seus esforços de conter a inovação e a ascensão de procedimentos “capitalistas”, as críticas religiosas aos comerciantes intensificaram-se. Desprezando as idéias e práticas européias, os turcos recusaram-se a adotar métodos mais novos para combater as pestes; em consequência, sua população sofreu mais com epidemias violentas. Num ataque espantoso de obscurantismo, uma força de janízaros

destruiu um observatório do estado em 1580, alegando que ele era a causa da peste.¹⁰ As forças armadas se tinham transformado, na verdade, num bastião do conservantismo. Apesar de conhecerem as novas armas das forças européias, e de serem por elas ocasionalmente castigados, os janízaros só se modernizaram lentamente. Seus pesados canhões não eram substituídos pelos modelos mais leves, de ferro fundido. Depois da derrota de Lepanto, eles não construíram navios maiores do tipo europeu. No sul, as frotas muçulmanas simplesmente receberam ordens de permanecer nas águas mais calmas do mar Vermelho e do golfo Pérsico, contornando dessa forma a necessidade de fabricar navios de alto-mar, do modelo português. Razões técnicas talvez ajudem a explicar tais decisões, mas o conservantismo cultural e tecnológico também teve um papel (em contraste, os corsários irregulares da Barbária adotaram logo a belonave do tipo fragata).

As observações acima sobre o conservantismo aplicam-se com a mesma, ou maior, força ao Império Mongol. Apesar das grandes proporções do reino, no seu auge, e do gênio militar de alguns de seus imperadores, apesar do brilho de suas cortes e do esmero artesanal de seus produtos de luxo, apesar até mesmo de uma sofisticada rede bancária e creditícia, o sistema era débil, em seu núcleo. Uma elite muçulmana conquistadora se impunha sobre uma vasta massa de camponeses pobres, partidários principalmente do hinduísmo. Nas cidades, havia um número considerável de comerciantes, mercados animados e uma atitude para com a manufatura, o comércio e o crédito, entre as famílias hindus, que faria delas exemplos excelentes da ética protestante de Weber. Em contraposição a esse quadro de uma sociedade empresarial pronta para a “partida” econômica antes de ser vítima do imperialismo britânico, estão os retratos mais sombrios dos muitos fatores indígenas retardatários, na vida indiana. A rigidez dos tabus religiosos hindus agia contra a modernização: os roedores e os insetos não podiam ser mortos, o que provocava a perda de uma enorme quantidade de alimentos; os costumes sociais sobre o manuseio do lixo e dos dejetos levavam a condições permanentemente insalubres, um campo de cultivo para as pestes bubônicas; o sistema de castas sufocava a iniciativa, impunha o ritual e restringia o mercado. E a influência exercida pelos sacerdotes brâmanes sobre os governantes indianos locais significava que esse obscurantismo se fazia sentir no mais alto nível. Eram obstáculos sociais, dos mais profundos, a quaisquer tentativas de modificações radicais. Não é de espantar que mais tarde muitos ingleses, tendo primeiro saqueado e depois tentado governar a Índia de acordo com princípios utilitários, deixaram-na finalmente com o sentimento de que o país continuava sendo um mistério para eles.¹¹

Mas o governo mongol dificilmente poderia ser comparado com a administração do Serviço Público Indiano. As cortes brilhantes eram centros de consumo ostensivo numa escala que o Rei Sol, em Versalhes, teria considerado excessiva. Milhares de servos e dependentes, roupas e jóias extravagantes, haréns e zoológicos, numerosos guarda-costas, só podiam ser custeados pela criação de uma máquina de pilhagem sistemática. Coletores de impostos, que tinham de entregar somas predeterminadas aos seus senhores, caíam sem misericórdia tanto sobre o camponês como sobre o comerciante. Quaisquer que fossem as condições da colheita ou do comércio, o dinheiro

tinha de ser pago. Não havendo garantias constitucionais, ou quaisquer outros recursos — exceto a rebelião contra tais depredações, não era de surpreender que a tributação fosse conhecida como “a comida”. Em troca desse tributo anual colossal, a população não recebia quase nada. Poucos foram os melhoramentos nas comunicações, e nenhum mecanismo de assistência no caso de fome, inundação e peste — que eram, naturalmente, acontecimentos que se repetiam com regularidade. Tudo isso faz com que a dinastia Ming pareça benigna, quase progressista, em comparação. Tecnicamente, o Império Mongol declinará por se ter tornado cada vez mais difícil mantê-lo contra os maratas no sul, os afegãos no norte e, finalmente, a Companhia das Índias Orientais. Na realidade, porém, as causas de sua decadência foram muito mais internas do que externas.

Dois estranhos — Japão e Rússia

Havia no século XVI dois outros estados que, embora estivessem longe do tamanho e população dos impérios Ming, Otomano e Mongol, demonstravam sinais de consolidação política e crescimento econômico. No Extremo Oriente, o Japão estava dando passos à frente com a mesma rapidez com que seu grande vizinho chinês começava a atrofiar-se. A geografia dava uma grande vantagem estratégica aos japoneses (como aos ingleses), pois a insularidade lhes proporcionava uma proteção contra a invasão por terra, com que a China não contava. A distância entre as ilhas do Japão e o continente asiático não era, porém, total, e muito da cultura e da religião japonesas tinha sido adaptado da civilização mais antiga. Mas enquanto a China era governada por uma burocracia unificada, o poder no Japão estava nas mãos de senhores feudais baseados em clãs, e o imperador era apenas um zero. O governo centralizado do século XIV tinha sido substituído por uma luta constante entre os clãs — parecida com a luta entre os seus equivalentes, na Escócia. Não era uma circunstância ideal para comerciantes e mercadores, mas não impediu um volume considerável de atividade econômica. No mar, como em terra, os empresários concorreram com os senhores guerreiros e os aventureiros militares, pois ambos viam o lucro no comércio marítimo do leste asiático. Os piratas japoneses percorriam as costas da China e Coréia saqueando, ao mesmo tempo em que outros japoneses saudavam a oportunidade de trocar mercadorias com os portugueses e holandeses que vinham do Ocidente. As missões cristãs e os artigos europeus penetraram na sociedade japonesa com muito mais facilidade do que num Império Ming altaneiro e auto-suficiente.¹²

Esse cenário animado, embora turbulento, seria modificado logo com o uso de armas européias importadas. Como estava acontecendo em outras partes do mundo, o poder gravitava na direção das pessoas, ou grupos, que dispunham de recursos para comandar um grande exército com mosquetes e, o que era mais importante ainda, canhões. No Japão, o resultado foi a consolidação da autoridade do grande senhor guerreiro Hideyoshi, cujas aspirações acabaram levando-o a duas tentativas de conquistar a Coréia. Com o fracasso destas e com a morte de Hideyoshi em 1598, a guerra civil voltou a ameaçar o Japão. Dentro de cinco anos, porém, todo o poder se consolidava

na mãos de Ieyasu e seus companheiros xoguns do clã Tokugawa. Desta vez, o governo militar centralizado não podia ser abalado.

Sob muitos aspectos, o Japão Tokugawa tinha as características das “novas monarquias” surgidas no Ocidente no século anterior. A grande diferença era o repúdio do xogunato à expansão exterior, na verdade a praticamente todo contato com o mundo exterior. Em 1636, foi suspensa a construção de navios de alto-mar e os súditos japoneses foram proibidos de realizar esse tipo de viagens. O comércio com os europeus foi limitado aos navios holandeses autorizados que faziam escala em Deshima, no porto de Nagasaki; os outros, foram afastados. Antes mesmo, praticamente todos os cristãos (estrangeiros e nativos) tinham sido impiedosamente mortos por ordem do xogunato. Evidentemente, o principal motivo dessas medidas drásticas foi a disposição do clã Tokugawa de conseguir o controle indisputado: os estrangeiros e os cristãos foram considerados, portanto, como potencialmente subversivos. Mas também o eram os outros senhores feudais, razão pela qual lhes foi exigido que passassem metade do ano na capital e que nos seis meses que podiam permanecer em suas terras, as respectivas famílias continuassem em Yedo (Tóquio), praticamente como reféns.

Essa uniformidade imposta não sufocou, por si mesma, o desenvolvimento econômico — nem impediu realizações artísticas destacadas. A paz por todo o país era boa para o comércio, as cidades e a população geral cresciam, e o uso cada vez mais freqüente de pagamentos em dinheiro tornavam os comerciantes e os banqueiros mais importantes. Estes últimos, porém, não gozaram nunca do destaque social e político que tiveram na Itália, Holanda e Inglaterra, e os japoneses obviamente não puderam aprender e adotar os progressos tecnológicos e industriais que ocorriam em outros lugares. Como a dinastia Ming, o xogunato Tokugawa preferiu, com poucas exceções, isolar-se deliberadamente do resto do mundo. Isso pode não ter retardado as atividades econômicas no próprio Japão, mas prejudicou o poder relativo do Estado japonês. Desdenhando o comércio, e proibidos de viajar ou exibir armas, exceto em ocasiões solenes, os guerreiros samurais dependentes de seus senhores viviam uma vida de rituais e tédio. Todo o sistema militar anquilosou-se durante dois séculos, de modo que quando os famosos “navios negros” do Comodoro Perry chegaram em 1853, o atemorizado governo japonês pouco pôde fazer, além de atender ao pedido americano de fornecimento de carvão, e outras facilidades.

No início de seu período de consolidação e crescimento político, a Rússia parecia-se com o Japão sob certos aspectos. Geograficamente muito distante do Ocidente — em parte devido à precariedade das comunicações, e em parte porque os choques periódicos com a Lituânia, Polônia, Suécia e o Império Otomano interrompiam as estradas existentes — o Reino de Moscúvia foi, não obstante, profundamente influenciado pelo seu legado europeu, inclusive pela Igreja Ortodoxa Russa. Foi do Ocidente, além disso, que veio a solução duradoura para a vulnerabilidade da Rússia aos cavaleiros das planícies asiáticas: mosquetes e canhões. Com essas novas armas, Moscou podia agora estabelecer-se como um dos “impérios da pólvora” e com isso expandir-se. Era difícil uma expansão para oeste, pois suecos e poloneses também dispunham dessas armas, mas a expansão colonial contra as tribos e principados do sul

e leste tornava-se muito mais fácil com essa vantagem militar-tecnológica. Em 1556, por exemplo, os soldados russos tinham chegado ao mar Cáspio. Esse expansionismo militar foi acompanhado, e freqüentemente eclipsado, pelos exploradores e pioneiros que constantemente avançavam para leste dos Urais, através da Sibéria, e tinham até mesmo chegado ao Pacífico em 1638.¹³ Apesar de sua superioridade sobre a cavalaria mongol, conseguida a duras penas, o crescimento do Império Russo nada teve de fácil ou inevitável. Quanto maior o número de povos conquistado, maior a probabilidade de dissensão interna e de revolta. Os nobres russos eram, com freqüência, inquietos, mesmo depois de seu expurgo por Ivã o Terrível. O principado tártaro da Criméia continuava sendo um inimigo poderoso; seus soldados saquearam Moscou em 1571, e ele manteve a independência até fins do século XVIII. Os desafios do oeste eram ainda mais ameaçadores: os poloneses, por exemplo, ocuparam Moscou entre 1608 e 1613.

Outra debilidade estava no fato de que, apesar de certas influências do Ocidente, a Rússia continuava tecnologicamente atrasada e economicamente subdesenvolvida. Os climas extremos e as distâncias enormes, além da precariedade da comunicações, em parte explica isso, mas a outra parte da explicação está nos sérios defeitos sociais: o absolutismo militar dos czares, o monopólio da educação pela Igreja Ortodoxa, a venalidade e imprevisibilidade da burocracia, além da instituição da servidão, que tornava feudal e estática a agricultura. Apesar desse atraso relativo, e dos retrocessos, a Rússia continuou a expandir-se, impondo aos seus novos territórios a mesma força militar e governo autocrático que usava para arrancar a obediência aos moscovitas. Levantara na Europa empréstimos suficientes para dar ao regime a força armada necessária à sua preservação, ao mesmo tempo em que resistia firmemente a toda possibilidade de “modernização social e política ocidental. Os estrangeiros na Rússia, por exemplo, estavam segregados dos nativos para impedir as influências subversivas. Ao contrário dos outros despotismos mencionados neste capítulo, o império dos czares conseguiria sobreviver, e a Rússia cresceria até chegar a ser uma potência mundial. Não obstante, em 1500, e ainda em 1650, isso dificilmente seria previsto por muitos franceses, holandeses e ingleses, que talvez soubessem tanto sobre o governante russo quando sobre o lendário Prester John.*¹⁴

O “milagre europeu”¹⁵

Por que foi entre os dispersos e relativamente pouco adiantados habitantes das partes ocidentais da massa terrestre da Eurásia que ocorreu um processo incessante de desenvolvimento econômico e inovação tecnológica que faria dessa região o líder comercial e militar do mundo? É uma pergunta que tem estimulado os estudiosos e observadores há séculos, e tudo o que

*Ou Preste João, soberano lendário a quem na Europa medieval se atribuiu o domínio de um Estado cristão encravado no mundo muçulmano, na Ásia ou na África, e ligado a narrativas de viagens fabulosas. (N. do T.)

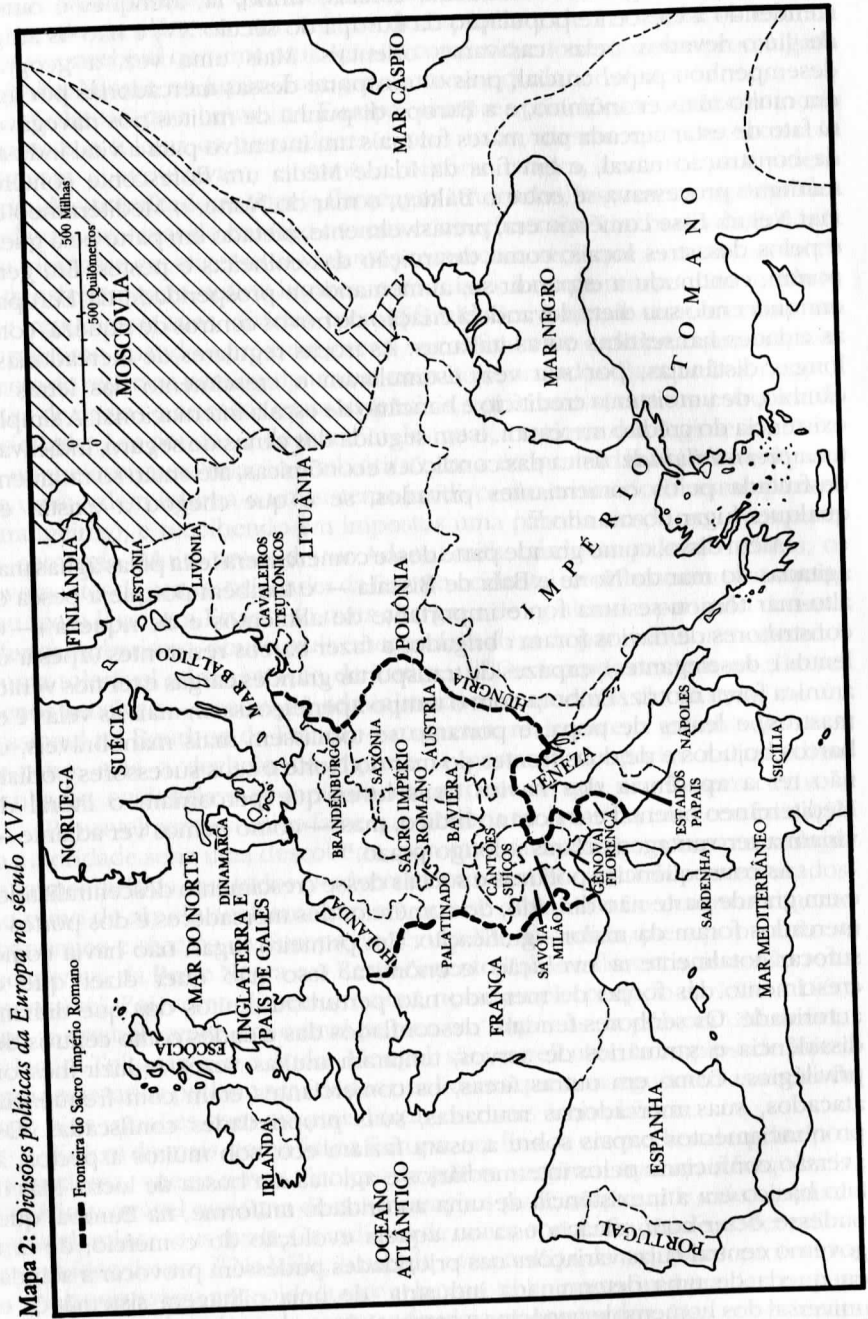
podemos fazer, nos parágrafos seguintes, é apresentar uma síntese do conhecimento existente. Por mais imperfeito, porém, que esse sumário tenha de ser, ele dispõe da vantagem incidental de expor as principais linhas da argumentação deste livro, ou seja, a de que havia no caso uma *dinâmica*, impulsionada principalmente por avanços econômicos e tecnológicos, embora sempre interagindo com outras variáveis como a estrutura social, a geografia e o acidente ocasional; de que para compreender o curso da política mundial é necessário focalizar a atenção nos elementos materiais e a longo prazo, e não nas imprecisões da personalidade ou nas oscilações semanais da diplomacia e da política; e de que esse poder é relativo, só podendo ser descrito e medido por freqüentes comparações entre os vários estados e sociedades.

Uma característica da Europa que atrai imediatamente o olhar ao examinarmos um mapa dos “centros de poder” do mundo no século XVI é a sua fragmentação política (ver Mapas 1 e 2). Não foi uma situação acidental ou passageira, como aconteceu rapidamente na China depois do colapso de um império e antes que a dinastia sucessora pudesse recolher novamente as rédeas do poder centralizado. A Europa foi *sempre* politicamente fragmentada, apesar mesmo dos grandes esforços dos romanos, que não conseguiram conquistar muito além do Reno e do Danúbio; durante mil anos, depois da queda de Roma, a unidade básica do poder político foi pequena e localizada, em contraste com a constante expansão da religião e da cultura cristãs. Concentrações ocasionais da autoridade, como a de Carlos Magno no Ocidente, ou da Rússia de Kievan no Oriente, foram apenas acidentes temporários, encerrados com uma mudança de governante, rebelião interna ou invasões externas.

Por essa diversidade política a Europa deve agradecer, em grande parte à sua geografia. Não há nela planícies enormes pelas quais um império de cavaleiros pudesse impor um domínio rápido; nem há áreas fluviais amplas e férteis, como as que acompanham o Ganges, o Nilo, o Tigre e Eufrates, o Amarelo e o Yangtsé, alimentando massas de camponeses trabalhadores e facilmente conquistáveis. A paisagem da Europa é muito mais fraturada, com cadeias de montanhas e grandes florestas que separam centros populacionais dispersos pelos vales; e seu clima varia consideravelmente de norte para sul e de oeste para leste. Isso teve várias conseqüências importantes. Para começar, tornou difícil a imposição de um controle unificado, mesmo por um senhor guerreiro poderoso e decidido, e minimizou a possibilidade de ser o continente conquistado por uma força externa, como as hordas mongólicas. Inversamente, essa paisagem variada estimulou o crescimento e a existência contínua do poder descentralizado, com reinos locais e senhorias de fronteira, com clãs dos altiplanos e confederação de cidades nas terras baixas, fazendo com que o mapa político da Europa, em qualquer momento após a queda de Roma, se parecesse a uma colcha de retalhos. Os desenhos da colcha poderiam variar de século para século, mas nenhuma cor única pôde jamais ser usada para indicar um império unificado.¹⁶

O clima variado da Europa levou a produtos também variados, adequados à troca; com o tempo, desenvolvendo-se as relações de mercados, eles foram transportados pelos rios ou pelos caminhos cortados na floresta, entre uma área de povoamento e a área contígua. Provavelmente, a característica mais

Mapa 2: Divisões políticas da Europa no século XVI



importante desse comércio era a de consistir principalmente de produtos transportáveis a granel — madeira, cereais, vinho, lã, arenques e outros, atendendo à crescente população da Europa do século XV, e não os artigos de luxo levados pelas caravanas orientais. Mais uma vez, a geografia desempenhou papel crucial, pois o transporte dessas mercadorias por água era muito mais econômico, e a Europa dispunha de muitos rios navegáveis. O fato de estar cercada por mares foi mais um incentivo para a vital indústria de construção naval, e em fins da Idade Média um florescente comércio marítimo processava-se entre o Báltico, o mar do Norte, o Mediterrâneo e o mar Negro. Esse comércio era, previsivelmente, afetado em parte pela guerra e pelos desastres locais, como destruição das colheitas e pestes. Em geral, porém, continuou a expandir-se, aumentando a prosperidade da Europa e enriquecendo sua dieta, levando à criação de novos centros de riqueza, como as cidades hanseáticas ou as italianas. As trocas regulares de mercadorias a longas distâncias, por sua vez, estimularam o crescimento das letras de câmbio, de um sistema creditício e bancário de escala internacional. A simples existência do crédito mercantil, e em seguida das cartas de seguro, indicavam uma *previsibilidade* básica das condições econômicas, até então só raramente desfrutada pelos comerciantes privados, se é que chegou a existir, em qualquer lugar do mundo.¹⁷

Além disso, como grande parte desse comércio era feita pelas águas mais agitadas do mar do Norte e Baía de Biscaia — e também porque a pesca de alto-mar tornou-se uma fonte importante de alimentos e de riqueza — os construtores de navios foram obrigados a fazer barcos resistentes (apesar de lentos e deselegantes), capazes de transportar grandes cargas e ter nos ventos a única força motriz. Embora com o tempo aperfeiçoassem mais as velas e os mastros, e lemes de popa, e portanto se tornassem mais manobráveis, os barcos bojudos e de duas frentes do mar do Norte e seus sucessores podiam não ter a aparência dos navios mais leves que percorriam o litoral do Mediterrâneo oriental e o oceano Índico, mas — como iremos ver adiante — viriam a ter vantagens claras a longo prazo.¹⁸

As conseqüências políticas e sociais desse crescimento descentralizado, e em grande parte não dirigido, do comércio, dos mercadores e dos portos e mercados foram da maior significação. Em primeiro lugar, não havia como sufocar totalmente a evolução econômica. Isso não quer dizer que o crescimento das forças de mercado não perturbou muitos dos que tinham autoridade. Os senhores feudais, desconfiados das cidades como centros de dissidência e santuários de servos, tentaram muitas vezes reduzir-lhes os privilégios. Como em outras áreas, os comerciantes eram com freqüência atacados, suas mercadorias roubadas, suas propriedades confiscadas. Os pronunciamentos papais sobre a usura faziam eco, sob muitos aspectos, à aversão confuciana pelos intermediários e agiotas em busca de lucro. Mas o fato básico era a inexistência de uma autoridade uniforme, na Europa, que pudesse deter com eficácia esta ou aquela evolução do comércio; de um governo central cujas variações nas prioridades pudessem provocar a subida ou queda de uma determinada indústria; de uma pilhagem sistemática e universal dos homens de negócios e empresários pelos coletores de impostos, que tanto retardou a economia da Índia mongol. Lembrando um exemplo

específico e óbvio, era inconcebível, nas fragmentadas circunstâncias políticas da Europa da Reforma, que todos aceitassem a divisão, em 1494 e pelo papa, do mundo de além-mar em esferas de Espanha e de Portugal — e ainda menos concebível que uma proibição do comércio exterior (como a promulgada na China Ming e no Japão Tokugawa) tivesse qualquer efeito.

O fato é que houve na Europa, sempre, príncipes e senhores locais dispostos a tolerar os mercadores e seus usos, mesmo quando outros os pilhavam e expulsavam; e como a história mostra, comerciantes judeus oprimidos, trabalhadores têxteis, flamengos arruinados, huguenotes perseguidos mudavam-se, levando consigo os seus conhecimentos. Um barão da Renânia que tributasse em excesso os viajantes comerciais veria que as rotas mercantis se transferiam para outros lugares, e com isso, as suas rendas. Um monarca que repudiasse suas dívidas teria dificuldades imensas em levantar um empréstimo quando a próxima guerra se configurasse e ele precisasse rapidamente de recursos para equipar seus exércitos e armadas. Banqueiros, negociantes de armas e artesãos eram essenciais, e não acessórios, na estrutura da sociedade. Aos poucos, e de maneira desigual, a maioria dos regimes da Europa estabeleceu uma relação simbiótica com a economia de mercado, dando-lhe uma ordem interna e um sistema jurídico não-arbitrário (mesmo para os estrangeiros), e recolhendo em impostos uma parcela dos lucros crescentes do comércio. Muito antes de ter Adam Smith criado as palavras exatas, os governantes de certas sociedades da Europa ocidental reconheceram tacitamente que “para levar um Estado ao mais alto grau de opulência, partindo do mais inferior barbarismo, pouco mais é necessário além da paz, tributos moderados e uma tolerável administração da justiça...”¹⁹ De tempos em tempos, líderes menos sensíveis — como os administradores espanhóis de Castela, ou um ocasional rei Bourbon da França — matavam, realmente, a galinha dos ovos de ouro; mas o declínio de riqueza, e portanto de poder militar, disso resultante, evidenciava-se rapidamente a todos os que não fossem cegos.

Provavelmente o único fator que poderia ter levado a uma centralização da autoridade seria uma descoberta, por um estado, tão grande na tecnologia das armas de fogo, que todos os adversários fossem esmagados ou aterrorizados. No ritmo de rápido aceleração em que se desenrolou o desenvolvimento econômico e técnico da Europa do século XV, à medida que a população se recuperava da Peste Negra e o Renascimento italiano florescia, isso não seria impossível. Foi, como dissemos acima, nesse amplo período de 1450 a 1600, que se estabeleceram em outros pontos os “impérios da pólvora”. Moscóvia, o Japão Tokugawa e a Índia Mongol são excelentes exemplos de como grandes estados podiam ser criados por líderes que conseguissem as armas de fogo e os canhões com os quais forçar os rivais à obediência.

E além do mais, como foi na Europa, em fins da era medieval e princípios da moderna, que as novas técnicas de guerra surgiram com mais freqüência, não é improvável que uma dessas inovações pudesse permitir a determinada nação dominar seus rivais. Os indícios de maior concentração de poder militar já se evidenciavam.²⁰ Na Itália, o uso de companhias de arqueiros, protegidos quando necessário por soldados com lanças, tinha posto fim à era da cavalaria e seu acompanhamento de recrutas feudais mal treinados. Mas era evidente também que só os estados mais ricos, como Veneza e Milão, podiam custear

os novos exércitos comandados pelos famosos *condottieri*. Além do mais, em cerca de 1500 os reis de França e Inglaterra tinham o monopólio interno da artilharia, e dessa forma eram capazes de, se necessário, esmagar um súdito poderoso, mesmo que ele se protegesse atrás das muralhas do seu castelo. Mas não levaria essa tendência, finalmente, a um monopólio transnacional maior, estendendo-se por toda a Europa? Essa pergunta deve ter sido feita por muitos em cerca de 1550, ao observarem a vasta concentração de terra e exércitos sob o imperador Carlos V.

Um exame mais detalhado da tentativa específica, e do fracasso, dos Habsburgos em conseguir o domínio da Europa será feito no próximo capítulo. Mas a razão mais geral pela qual era impossível impor a unidade pelo continente pode ser mencionada rapidamente aqui. Mais uma vez, a existência de *variados* centros de poder econômico e militar foi fundamental. Nenhuma cidade-estado italiana podia lutar para afirmar-se sem que outras intervissem para preservar o equilíbrio: nenhuma “nova monarquia” podia aumentar seus domínios sem provocar os rivais a buscarem compensações. Quando a Reforma já estava realmente em processo, os antagonismos religiosos foram somados às rivalidades tradicionais do equilíbrio de poder, tornando ainda mais remotas as perspectivas de centralização política. Mas a verdadeira explicação é um pouco mais profunda: afinal de contas, a simples existência de competidores e os amargos sentimentos entre os grupos em guerra eram evidentes no Japão, na Índia e em outros lugares, mas isso, em si, não impediu a unificação final. A Europa era diferente porque cada uma das forças rivais foi capaz de ter acesso às novas técnicas militares, de modo que nenhum poder isolado possuiu jamais a vantagem decisiva. Os serviços dos suíços, e outros mercenários, por exemplo, estavam ao alcance de quem pudesse pagar por eles. Não havia um centro único de produção de arcos, nem de canhões — seja dos mais antigos, de bronze, ou dos mais novos, e mais baratos, de ferro fundido. Em lugar disso, tais armamentos estavam sendo fabricados próximo das jazidas de minérios no Weald, na Europa central, em Málaga, em Milão, em Liège, e mais tarde na Suécia. Da mesma forma, a proliferação de estaleiros em portos que iam do Báltico ao mar Negro tornou muito difícil a um país isolado o monopólio do poder marítimo, o que por sua vez contribuiu para que se evitassem a conquista e a eliminação de centros rivais de produção de armas do outro lado do mar.

Dizer que o sistema de estados descentralizados da Europa foi o grande obstáculo à centralização não é, portanto, uma tautologia. Como havia várias entidades políticas em competição, *a maioria das quais possuía, ou podia comprar, os meios militares de preservação de sua independência*, nenhuma delas pôde jamais realizar as condições que levariam ao domínio do continente.

Embora essa interação competitiva dos Estados europeus pareça explicar a ausência de um “império da pólvora” unificado, ali, ela não oferece, à primeira vista, a razão da firme ascensão da Europa à liderança global. Afinal de contas, não teriam as forças de que dispunham as novas monarquias em 1500 parecido insignificantes, se contrastadas com os enormes exércitos do sultão e as tropas maciças do Império Ming? Isso ocorreu em princípios do século XVI e, sob certos aspectos, mesmo no século XVII. Mas no período posterior, o equilíbrio da força militar estava começando a pender rapidamente

em favor do Ocidente. Para explicar essa transformação temos, mais uma vez, de mencionar a descentralização do poder na Europa. O que ela fez, acima de tudo, foi criar uma forma primitiva de corrida armamentista entre as cidades-estados e, em seguida, os reinos maiores. Até certo ponto, isso tinha provavelmente raízes socioeconômicas. Quando os exércitos em choque na Itália deixaram de ser constituídos de cavaleiros feudais e seus dependentes, mas passaram a formar-se de lanceiros, arqueiros e da cavalaria (de flanco), pagos pelos comerciantes e supervisionados pelos magistrados de uma cidade, foi quase inevitável que estes exigissem o bom emprego de seu dinheiro — apesar de todas as manobras dos *condottieri* para não se tornarem prescindíveis. As cidades queriam, em outras palavras, as armas e táticas que proporcionassem uma vitória rápida, de modo a reduzir as despesas de guerra. Da mesma forma, quando os monarcas franceses de fins do século XV tiveram um exército “nacional” sob seu controle e estipêndio direto, mostraram-se ansiosos para que tal força produzisse resultados decisivos.²¹

Da mesma forma, esse sistema de livre mercado não só forçou os numerosos *condottieri* a competir pelas contratações, como também estimulou os artesãos e inventores a melhorar seus produtos, para conseguir novas encomendas. Quando essa espiral de armamentos já podia ser vista na manufatura de arcos e armaduras, no começo do século XV, o mesmo princípio estendeu-se às experiências com armas de pólvora nos 50 anos seguintes. É importante lembrar aqui que, quando os canhões foram empregados pela primeira vez, eram pequenas as diferenças no seu desenho e eficiência entre o Ocidente e a Ásia. Gigantescos tubos de ferro que disparavam uma bala de pedra e faziam um enorme barulho evidentemente impressionavam, e por vezes obtinham resultados: foi o tipo usado pelos turcos para bombardear as muralhas de Constantinopla, em 1453. Não obstante, só na Europa parece ter havido o estímulo para melhoramentos constantes: nos grãos de pólvora, na fundição de canhões muito menores (mas com a mesma potência) de ligas de bronze e estanho, na forma e textura do cano e do míssil, nas plataformas e reparos dos canhões. Tudo isso aumentou, em proporções enormes, o poder e a mobilidade da artilharia, dando ao usuário de tais armas os meios de dominar as mais resistentes fortalezas — como as cidades-estados italianas descobriram, para seu susto, quando um exército francês equipado com formidáveis canhões de bronze invadiu a Itália em 1494. Não é de surpreender, portanto, que os inventores e os homens de letras estivessem sendo instados a criar alguma arma neutralizadora desses canhões (e ainda menos surpreendente que os cadernos de Leonardo, para essa época, tenham desenhos de uma metralhadora, de um tanque primitivo e de um canhão a vapor).²²

Isso não equivale a dizer que outras civilizações não tenham aperfeiçoado seus armamentos, a partir de desenhos primitivos, grosseiros; algumas o fizeram, em geral copiando modelos europeus ou convencendo visitantes europeus (como os jesuítas na China) a lhes transmitirem seus conhecimentos. Mas como o governo Ming tinha o monopólio do canhão, e os impetuosos líderes da Rússia, Japão e Índia Mongol logo o estabeleceram, havia muito menos incentivos para melhorar tais armas, uma vez estabelecida a autoridade dos governantes. Fechando-se em si mesmos, os chineses e japoneses negligenciaram o desenvolvimento da produção de armas. Apegando-se às

Da mesma maneira, não devemos pensar que mal os navios portugueses contornaram o cabo da Boa Esperança teve início uma era de dominação ocidental incontestada. O que os historiadores chamam de “época de Vasco da Gama” e “era de Colombo” — isto é, os três ou quatro séculos de hegemonia européia depois de 1500 — foi um processo muito gradual. Os exploradores portugueses poderiam ter chegado ao litoral indiano na década de 1490, mas seus navios ainda eram pequenos (com frequência, de apenas 300 toneladas) e não estavam bem armados — em comparação, sem dúvida, com os poderosos navios da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que navegaram naquelas águas um século depois. De fato, os portugueses não puderam entrar no mar Vermelho por muito tempo, e só o fizeram de maneira precária, nem puderam conquistar uma boa base na China. E em fins do século XVI, perderam alguns de seus postos no leste africano, ante a contra-ofensiva árabe.²⁷

Seria um erro também supor que as potências não-européias simplesmente desabaram como um castelo de cartas aos primeiros sinais do expansionismo ocidental. Foi precisamente o que aconteceu no México, Peru e outras sociedades menos desenvolvidas do Novo Mundo, quando os aventureiros espanhóis desembarcaram. Em outros lugares, a história foi diferente. Como o governo chinês tinha voltado as costas, voluntariamente, ao comércio marítimo, ele não se importava que este caísse nas mãos dos bárbaros. Até mesmo o semi-oficial posto de comércio que os portugueses abriram em Macau em 1557, por mais lucrativo que deva ter sido para os comerciantes locais de seda e os administradores coniventes, não parece ter perturbado a tranquilidade de Pequim. Os japoneses, por sua vez, foram muito mais duros. Quando os portugueses mandaram uma missão, em 1640, para protestar contra a expulsão dos estrangeiros, quase todos os seus membros foram mortos; não podia haver qualquer tentativa de revide por Lisboa. Finalmente, o poderio marítimo otomano estava resistindo no Mediterrâneo oriental, e o poderio terrestre otomano continuava a ser uma considerável ameaça à Europa central. No século XVI, na verdade, “para a maioria dos estadistas europeus, a perda da Hungria teve muito maior importância do que o estabelecimento de feitorias no Oriente, e a ameaça a Viena foi mais significativa do que os desafios ocidentais a Aden, Goa e Malaca. Só os governos à margem do Atlântico podiam, como seus historiadores mais tarde, ignorar tal fato.”²⁸

Não obstante, feitas todas essas ressalvas, não há dúvida de que o progresso do navio a vela de longo alcance, armado, prenunciava um avanço fundamental na posição da Europa no mundo. Com esses navios, as potências navais do Ocidente podiam controlar as rotas comerciais oceânicas e aterrorizar todas as sociedades vulneráveis ao poderio marítimo. Até mesmo os primeiros choques entre os portugueses e seus inimigos muçulmanos, no oceano Índico, deixaram claro isso. Retrospectivamente, podemos ver que eles sem dúvida exageraram, mas a leitura dos diários e relatórios de Vasco da Gama e Albuquerque, descrevendo como seus navios de guerra abriram caminho a tiros em meio às frotas de *dhows* árabes e outros navios ligeiros que encontraram ao largo da costa de Malabar e dos estreitos de Ormuz e Malaca, nos dá a impressão de que uma força extraterrestre, sobre-humana, tinha descido sobre seus infelizes adversários. Seguindo a nova tática de que “não deviam abordar, mas combater com a artilharia”, os portugueses eram

praticamente invencíveis no mar.²⁹ Em terra, as coisas eram diferentes, como as ferozes batalhas (e ocasionais derrotas) de Aden, Jidá, Goa e outras, mostraram. Não obstante, esses invasores ocidentais eram tão brutais e dispostos que em meados do século XVI tinham construído uma cadeia de fortes do golfo da Guiné até o mar da China do Sul. Embora não conseguissem nunca monopolizar o comércio de especiarias das Índias — grande parte do qual continuou a fluir através dos canais tradicionais até Veneza — os portugueses certamente obtiveram partes consideráveis do comércio, e muito lucraram com a vantagem que tinham na corrida pelo império.³⁰

As probabilidades de lucros eram ainda maiores, é claro, no vasto império territorial que os conquistadores estabeleceram rapidamente no hemisfério ocidental. Desde os primeiros povoados em Hispaniola e Cuba, as expedições espanholas avançaram para o continente, conquistando o México na década de 1520, e o Peru, na de 1530. Dentro de poucas décadas, esse domínio estendia-se do rio Prata, no sul, até o rio Grande, no norte. Galeões espanhóis, percorrendo o litoral ocidental, faziam ligação com os navios que vinham das Filipinas, com sedas chinesas para trocar pela prata peruana. Em seu “Novo Mundo”, os espanhóis deixaram claro que pretendiam ficar, criando uma administração imperial, construindo igrejas e dedicando-se à pecuária e à mineração. Explorando os recursos naturais — e, mais ainda, a mão-de-obra nativa — desses territórios, os conquistadores mandaram de volta para a pátria um fluxo constante de açúcar, cochonilha, peles e outras mercadorias. E, principalmente, mandaram prata da mina de Potosi, que por mais de um século foi a maior jazida desse metal, no mundo. Tudo isso levou a um “crescimento relâmpago do comércio transatlântico, cujo volume aumentou oito vezes entre 1510 e 1550, e três vezes, novamente, entre 1550 e 1610”.³¹

Tudo indicava, portanto, que esse imperialismo pretendia ser permanente. Ao contrário das rápidas visitas de Chen Ho, os atos dos exploradores portugueses e espanhóis simbolizavam um empenho em modificar o equilíbrio político mundial. Com seu canhão levado pelos navios e seu soldado com mosquete, eles fizeram exatamente o que pretendiam. Em retrospecto, parece difícil, por vezes, compreender que um país com a limitada população e recursos de Portugal pudesse chegar tão longe e conquistar tanto. Nas circunstâncias especiais da superioridade militar e naval européia descritas acima, isso não era impossível, de modo algum. Uma vez realizado o feito, os evidentes lucros do império e o desejo de mais simplesmente aceleraram o processo de engrandecimento.

Há elementos nesta história da “expansão da Europa” que não foram levados em conta, ou foram apenas mencionados rapidamente até agora. O aspecto pessoal não foi examinado, e não obstante — como em todos os grandes empreendimentos — ele foi marcante: no impulso dado por homens como Henrique o Navegador; na engenhosidade dos artesãos dos navios, dos armeiros e dos letrados; no espírito empreendedor dos comerciantes; e, acima de tudo, na coragem dos que participaram das viagens para além-mar e resistiram a tudo o que os mares bravios, os climas hostis, as paisagens inóspitas e os adversários ferozes podiam colocar em seu caminho. Graças a uma complexa mistura de motivos — ganho pessoal, glória nacional, zelo religioso, talvez um sentimento de aventura — os homens se dispunham a arriscar tudo,

como na verdade fizeram em muitos casos. Também não nos detivemos nas crueldades terríveis que esses conquistadores europeus praticaram contra as suas muitas vítimas na África, Ásia e América. Se tais aspectos quase não são mencionados aqui, é porque muitas sociedades da época produziram indivíduos e grupos dispostos a ousar tudo e tudo fazer para transformar o mundo em sua ostra. O que distinguia os capitães, tripulações e exploradores europeus era a posse de navios de poder de fogo com os quais realizar suas ambições, e o fato de virem de um ambiente político no qual a competição, o risco e o espírito de empreendimento predominavam.

As vantagens proporcionadas pela expansão da Europa foram generalizadas e duradouras e — o que é mais importante — ajudaram a acelerar uma dinâmica já existente. A ênfase na aquisição de ouro, prata, metais preciosos e especiarias, por mais importantes que estes fossem, não deve obscurecer o valor de mercadorias menos atraentes que inundaram os portos da Europa, depois que seus marinheiros atravessaram a fronteira oceânica. O acesso à pesca da Terra Nova proporcionou uma fonte aparentemente inesgotável de alimentos, e o oceano Atlântico fornecia também os óleos de baleia e foca, vitais para a iluminação, lubrificação e muitos outros usos. Açúcar, anil, tabaco, arroz, peles, madeira e novas plantas, como a batata e o milho, viriam aumentar a riqueza total e o bem-estar do continente. Mais tarde, é preciso antecipar a cosmopolita economia mundial do século XIX para compreender que as descobertas portuguesas e espanholas tiveram, em décadas, uma grande e sempre crescente importância para o aumento da prosperidade e o poder das partes ocidentais do continente. Comércio a granel, como o da pesca, empregavam grande número de pessoas, tanto para a pesca em si como para a sua distribuição, o que estimulou ainda mais a economia de mercado. E tudo isso deu o maior impulso à indústria naval europeia, atraindo para as proximidades de portos como Londres, Bristol, Antuérpia, Amsterdã e muitos outros um grande número de artesãos, fornecedores, negociantes, seguradores. Como resultado, uma parte considerável da população da Europa ocidental — e não apenas uma reduzida elite — passou a ter grande interesse material pelos frutos do comércio de além-mar.

Acrescentando a esta lista de mercadorias o comércio resultante da expansão terrestre da Rússia — as peles, couros, madeira, cânhamo, sal e cereais que dali partiram para a Europa ocidental — então os estudiosos têm razão em descrever essa época como o início de um “moderno sistema mundial”.³² O que começou como várias expansões em separado transformouse num todo interligado: o ouro da costa da Guiné e a prata do Peru foram usados pelos portugueses, espanhóis e italianos para comprar as especiarias e sedas do Oriente; as peles e madeiras da Rússia ajudaram a compra de canhões de ferro da Inglaterra; os cereais do Báltico passaram por Amsterdã a caminho do Mediterrâneo. Tudo isso gerou uma interação constante — uma expansão europeia maior, com novas descobertas e portanto novas oportunidades de comércio, proporcionando ganhos adicionais que estimulavam uma expansão ainda maior. Isso não ocorreu numa progressão ascendente necessariamente suave: uma grande guerra na Europa, ou a inquietação civil podiam reduzir drasticamente as atividades de além-mar. Mas as potências colonizadoras raramente, ou nunca, desistiam de suas aquisições, e dentro em

pouco uma nova onda de expansão e exploração recomeçaria. Afinal de contas, se as nações imperiais consolidadas não explorassem suas posições, outras estavam dispostas a fazê-lo.

Foi essa, finalmente, a maior razão pela qual a dinâmica continuou a operar, como operou: as múltiplas rivalidades dos estados europeus, já agudas, se estavam estendendo às esferas transoceânicas. Por mais que tentassem, Espanha e Portugal simplesmente não podiam conservar o seu monopólio, assegurado pelo papa, do mundo de além-mar; mais especialmente quando se compreendeu que não havia uma passagem nordeste ou noroeste da Europa para Catai. Já na década de 1560 navios holandeses, franceses e ingleses se aventuravam pelo Atlântico, e um pouco depois, nos oceanos Índico e Pacífico — progresso apressado pelo declínio do comércio de tecidos inglês e pela Revolta da Holanda. Com patronos reais e aristocráticos, com financiamento de grandes comerciantes de Amsterdã e Londres, e com todo o zelo religioso e nacionalista produzido pela Reforma e Contra-Reforma, novas expedições de comércio e pilhagem partiram do noroeste da Europa, para conseguir uma fatia do espólio. Havia a perspectiva de glórias e riquezas, ou de vencer um rival e melhorar os recursos do próprio país, e de converter novas almas à fé verdadeira. Que argumentos contrários poderiam resistir a tais possibilidades?³³

O aspecto mais positivo dessa crescente rivalidade comercial e colonial foi a espiral ascendente do conhecimento que surgiu paralelamente — na ciência e tecnologia.³⁴ Sem dúvida, muitos dos progressos dessa época foram subprodutos da corrida armamentista e da luta pelo comércio de além-mar; as vantagens finais, porém, transcenderam suas origens inglórias. Melhor cartografia, melhores tábuas de navegação, novos instrumentos como o telescópio, barômetro, quarto inglês e bússola de marinha e melhores métodos de construção naval ajudaram a tornar a viagem marítima menos imprevisível. Novas colheitas e plantas não só proporcionavam melhor alimentação, como também foram um estímulo para a botânica e a ciência agrícola. O conhecimento da metalurgia, e na verdade de toda a indústria do ferro, fez progressos rápidos, o mesmo acontecendo com as técnicas de mineração profunda. Astronomia, medicina, física e engenharia também se beneficiaram com a intensificação do ritmo econômico e a maior valorização da ciência. O espírito indagador e racionalista observava mais e experimentava mais; as máquinas impressoras, além de produzirem Bíblias e tratados políticos no vernáculo, difundiam as novas descobertas. O efeito cumulativo dessa explosão do conhecimento foi fortalecer ainda mais a superioridade tecnológica — e portanto militar — da Europa. Até mesmo os poderosos otomanos, ou pelos menos seus soldados e marinheiros das linhas de frente, sentiram algumas das conseqüências disso em fins do século XVI. Em outras sociedades menos ativas, os efeitos foram bem mais sérios. Se alguns estados da Ásia teriam dado a partida numa revolução comercial e industrial autopropulsionada, caso tivessem sido deixados em paz, é uma hipótese aberta a considerável dúvida.³⁵ O que era claro, porém, é que se tornaria extremamente difícil para outras sociedades subir a escada do poder mundial quando os estados europeus mais adiantados ocupavam todos os degraus superiores.

Tal dificuldade seria agravada, parece justo dizer, porque a subida da escada teria exigido não apenas a aquisição do equipamento europeu, ou mesmo das técnicas européias: teria exigido também a cópia, em grande escala, das características gerais que distinguem as sociedades do Ocidente de todas as outras. Teria significado a existência de uma economia de mercado, se não nas proporções mencionadas por Adam Smith, pelo menos para que os comerciantes e empresários não fossem sempre postos de lado, obstaculizados e pilhados. Teria também significado a existência de uma pluralidade de centros de poder, tendo cada um deles, se possível, a sua base econômica própria, de modo a não haver a possibilidade da centralização imposta, de um regime despótico ao estilo oriental — e todas as perspectivas do estímulo progressista, mesmo turbulento e ocasionalmente brutal — da competição. Por extensão, essa falta de rigidez econômica e política significaria uma falta semelhante de ortodoxia cultural e ideológica, isto é, uma liberdade de investigar, discordar, experimentar, uma fé nas possibilidades de aperfeiçoamento, a preocupação com o prático e não com o abstrato, um racionalismo que desafiava os códigos mandarins, o dogma religioso e o folclore tradicional.³⁶ Na maioria dos casos, o que estava em jogo não eram tanto os elementos positivos, mas antes a redução do número de *obstáculos* que impediam o crescimento econômico e a diversidade política. A maior vantagem da Europa era ter menos *desvantagens* do que a outras civilizações.

Embora seja impossível provar isso, suspeitamos que esses vários aspectos gerais relacionam-se mutuamente, numa lógica interna, por assim dizer, e que tudo era necessário. Foi uma combinação do *laissez-faire* econômico, do pluralismo político e militar, e da liberdade intelectual — por mais rudimentar que fosse cada um desses fatores, se comparados a idades posteriores — que interagiram para produzir o “milagre europeu”. Como o milagre foi historicamente único, parece plausível supor que só uma réplica de suas partes componentes poderia ter produzido um resultado semelhante em outro lugar. Como a mistura dos ingredientes críticos não existia na China Ming, ou nos impérios muçulmanos do Oriente Médio e Ásia, ou em qualquer outra das sociedades examinadas anteriormente, estas parecem imobilizar-se enquanto a Europa avançava para o centro do cenário mundial.

2

A Tentativa de Domínio dos Habsburgos, 1519-1659

No século XVI, portanto, as lutas de poder dentro da Europa estavam também contribuindo para sua ascensão econômica e militar, acima de outras regiões do mundo. O que não se tinha decidido ainda, porém, era se algum dos estados europeus rivais poderia acumular recursos suficientes para ultrapassar os demais e dominá-los. Durante cerca de um século e meio, depois de 1500, uma combinação de reinos, ducados e províncias espalhados por todo o continente, governados por membros espanhóis e austríacos da família Habsburgo, ameaçou tornar-se a influência política e religiosa predominante na Europa. A história dessa prolongada luta e da derrota final das ambições dos Habsburgos por uma coalizão de outros estados europeus constitui a essência deste capítulo. Em 1659, quando a Espanha finalmente reconheceu a derrota no Tratado dos Pireneus, a *pluralidade* política da Europa — com cinco ou seis grandes estados, e vários outros menores — era um fato indiscutível. Qual desses estados principais iria beneficiar-se mais com novas modificações políticas dentro do sistema de grandes potências é matéria que pode ficar para o capítulo seguinte; o que pelo menos era claro, em meados do século XVII, era que nenhum bloco dinástico-militar isolado seria capaz de tornar-se senhor da Europa, como pareceu provável em várias ocasiões, nas décadas anteriores.

As campanhas interligadas visando ao predomínio na Europa, que caracterizam este século e meio, diferem tanto no grau como no gênero, portanto, das guerras do período anterior a 1500. As lutas que perturbaram a paz da Europa nos cem anos anteriores foram *localizadas*; os choques entre os vários estados italianos, a rivalidade entre as coroas inglesa e francesa, e